

Sistematização veta pluralidade sindical

Uma questão passou despercebida: os direitos trabalhistas não prescrevem até dois anos depois de rescindido o contrato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou, ontem, a manutenção da unidade sindical, rejeitando dispositivo de Bernardo Cabral que institua a pluralidade de representação. Foi também aprovada a livre organização profissional e sindical, nos termos da emenda de autoria do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), que proíbe a constituição de mais de um sindicato por categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, definida pelos trabalhadores e empregadores, respectivamente, não podendo ser inferior a um município.

Essas não foram, porém, as únicas questões polêmicas aprovadas pela Sistematização nos últimos dias. No final da tarde de quarta-feira, por exemplo, a Comissão de Sistematização aprovou mais um dispositivo trabalhista que passou despercebido, mas que tem quase tanto alcance quanto o da estabilidade: os direitos trabalhistas não prescrevem enquanto o empregado mantiver o vínculo empregatício e até dois anos depois de rescindido o contrato de trabalho.

Ontem, a questão da organização sindical dominou os debates ocorridos à tarde na Comissão de Sistematização, com o presidente e líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, à frente da defesa da pluralidade sindical. A maioria do PMDB e do PFL, além dos partidos comunistas, ficou a favor da unidade sindical, mas o PDT se dividiu.

Em defesa da pluralidade sindical, o deputado Luís Inácio Lula da Silva argumentou que os trabalhadores podem estar unidos sob o mesmo sindicato, mas não em torno das mesmas causas. Lembrou, a propósito, o movimento sindical da Itália, onde existe a pluralidade, para dizer que a unidade é conseguida a partir da luta concreta em favor de causas. Ele citou ainda o exemplo do Porto de Santos, que reúne numerosos sindicatos; e a própria Petrobrás, que tem 16 sindicatos, observando que essa pluralidade decorreu da experiência dessas categorias profissionais. Para o líder petista, se for mantida a atual unidade sindical haverá o risco de não se conquistar a desejada liberdade dos sindicatos.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), contestou os argumentos de Lula afirmando que a adoção da pluralidade abriria as portas para a divisão da vida sindical. O deputado comunista disse ainda que a pluralidade viabilizaria a vinculação dos sindicatos aos partidos políticos.

O relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), também se manifestou contra a pluralidade sindical, enquanto o deputado Geraldo Campos justificou sua emenda afirmando que seu objetivo é impedir que, "em nome da liberdade sindical, sejam abertas válvulas para experiências negativas".



Na votação, mais polêmica sobre direitos trabalhistas

Proibida a locação de mão-de-obra

A atividade de intermediação de mão-de-obra remunerada, mesmo mediante locação, passa a ser proibida no País com a aprovação ontem do destaque do deputado Wilson Souza (PMDB-SC), por 69 votos contra 7, na Comissão de Sistematização. O anteprojeto constitucional do relator Bernardo Cabral permitia tal atividade ser regulamentada posteriormente em lei complementar. A medida afetará milhares de empresas de intermediação de mão-de-obra e dezenas de milhares de trabalhadores, cujo número o deputado José Tavares (PMDB-PR), que defendeu o destaque, não soube precisar.

Votaram pela manutenção da atividade de intermediação de mão-de-obra os deputados Theodoro Mendes, Dasso Coimbra, Jonas Pinheiro, Gasthone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. O deputado José Tavares disse que tais empresas exploram mão-de-obra barata e representam um quisto entre os trabalhadores, tendo surgido no regime militar com as empresas de segurança. O deputado José Serra (PMDB-SP) também defendeu a proposta proibitiva dizendo que estes trabalhadores não possuem organização sindical nem são beneficiados por medidas que a beneficiem os setores nos quais operam temporariamente. A favor do funcionamento das empresas falou Gasthone Righi, afirmando que elas preenchem faixa crescente de mercado e empregam milhares de trabalhadores. A Constituinte não pode ficar na ignorância e no pugilato ideológico, exclamou impaciente o deputado paulista.

Todos os demais destaques da sessão matutina da Sistematização foram rejeitados, retirados ou prejudicados. Salvo o parágrafo 3º do artigo 6º e o parágrafo 4º do artigo 7º.

go 6º do capítulo referente aos direitos sociais. Os outros três, apreciados na sessão matutina, foram mantidos na forma do anteprojeto constitucional do relator. O presidente da sessão, senador Fernando Henrique Cardoso, reclamou contra a presença de assessores dos constituintes no plenário, chegando a pedir a retirada de Ulysses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Proposta da deputada Benedita Silva (PT-RJ) concedendo FGTS, licença remunerada de gestante e outros benefícios sociais para as empregadas domésticas foi rejeitada.

Após a sessão matutina, o texto aprovado ficou sendo o seguinte:

Art. 6º - capítulo II, dos direitos sociais
Parágrafo 2º — é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

Parágrafo 3º — são proibidas atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei.

Parágrafo 4º — os princípios de garantia de emprego de que trata o inciso I não se aplicam a pequena empresa com até dez empregados.

Art. 7º — são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, VIII, XV, XVII, e XX do artigo anterior, bem como a integração à Previdência Social.

O destaque do deputado Haroldo Lima (PCB-BA) para supressão do parágrafo 4º referente à estabilidade no emprego para os trabalhadores de empresas com até dez empregados foi prejudicada por falta de quórum na votação, com 38 votos sim e 36 não.

Ulysses quer apressar a Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem, no Palácio do Planalto, com 14 deputados peemedebistas para estudar medidas para acelerar os trabalhos da Constituinte. Ulysses fez um apelo aos parlamentares no sentido de que apoiem o presidente Sarney a fim de que não haja rupturas. Segundo um dos participantes do encontro, João Hermann Neto (SP), o multipresidente afirmou que "se faltar apoio do PMDB, não existe outro partido capaz de dar sustentação a Sarney e isso poderá causar sérios problemas ao presidente".

O apelo de Ulysses Guimarães foi bem aceito pelos parlamentares, de acordo com João Hermann, que acrescentou, por seu lado, ficar com a transição e contra a ruptura. O deputado paulista negou que Sarney viajou para a Venezuela insatisfeito com a nota divulgada anteriormente pela Executiva Nacional do PMDB. "Inicialmente, por uma diversidade de informações, o presidente Sarney chegou a considerar que o nosso documento não representava o apoio desejado, mas depois ficou mais otimista com os esclarecimentos apresentados pelos peemedebistas", explicou.

Os deputados também se mostraram favoráveis à posição de Ulysses Guimarães em relação à aceleração dos trabalhos da Constituinte, que propôs, nesse sentido, um "acordo" através do qual os partidos concordariam que, por maioria absoluta (47 votos) na Comissão de Sistematização, os destaques poderiam ser rejeitados em bloco. Como essa lhe pareceu uma das hipóteses mais simpáticas aos seus objetivos, Ulysses marcou um encontro no domingo com o secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso, para discutir o assunto.

Ulysses Guimarães levantou outras hipóteses ainda para agilizar os trabalhos constitucionais, como o funcionamento simultâneo do plenário e da Comissão de Sistematização. Além disso, destacou que a comissão poderia ficar obrigada ao cumprimento de prazos, caso contrário o assunto seria encaminhado a plenário sem votação, bem como a possibilidade de os prazos da comissão serem prorrogados.

Juízes param e condenam o substitutivo

SERVIÇO LOCAL
E AGÊNCIA ESTADO

Os juízes trabalhistas cruzaram os braços ontem em todos o País, em protesto contra a manutenção da representação classista nas juntas conciliadoras e nos tribunais de trabalho e contra a criação do Conselho Nacional de Justiça, dispositivos incluídos no substitutivo do relator Bernardo Cabral, na Constituinte. O presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho, Antônio Carlos Chedid, calculou que, dos 1.200 juízes brasileiros, 60% paralisaram as atividades, o que significa que milhões de processos deixaram de ser julgados ou não tiveram andamento no dia de ontem.

Em Lajes, Santa Catarina, onde integra a Junta de Conciliação e Julgamento, o juiz Antônio Carlos Chedid fez uma avaliação, na tarde de ontem: o Rio Grande do Sul funcionou apenas com uma junta, e fez uma só audiência. No Pará, em Minas, em Pernambuco, Alagoas, Paraná, Bahia, Paraíba, Amazonas, tudo parou.

O número de paralisações não foi maior porque o espaço de tempo entre a convocação e o dia do protesto foi pequeno, avaliou o juiz Chedid. Além disso, houve falta de comunicação. O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho reclamou dos constituintes. "Eles negociam muito e não olham para defeitos caóticos como esses".

Na realidade, o movimento dos juízes trabalhistas começou com uma reunião em Brasília, no dia 6, quando manifestaram sua preocupação com o andamento do substitutivo de Bernardo Cabral. Os participantes do encontro acharam que o artigo 130, que disciplina a questão da Justiça do Trabalho, incorpora "órgãos estranhos" à categoria, e todos deveriam "refletir e deliberar" sobre o assunto. O encontro resultou no documento "Carta de Brasília", e com base nele a associação convocou a categoria à greve.

O segundo substitutivo de Bernardo Cabral amplia de um quinto para um terço a representação de advogados e de representantes classistas na composição do Tribunal do

Trabalho. De 23 juízes, oito são representantes classistas indicados por suas federações e nomeados pelo presidente da República.

O protesto abrange, em Brasília, o Conselho Nacional de Justiça, artigo 44 do substitutivo, órgão de controle externo das atividades administrativas e do desempenho dos deveres funcionais, composto por membros indicados pelo Congresso, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Federal da OAB.

"SIMPLES PROTESTO"

Segundo o juiz Carlos Orlando Gomes, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de São Paulo, em São Paulo pararam os 70 juízes da 2ª Região (São Paulo e Baixada Santista), o que significou a paralisação de 900 causas, entre julgamentos, instauração de processos e instruções. Os juízes paulistas compareceram a um encontro convocado há um mês para discutir problemas relacionados à carreira, e afastaram a hipótese de terem feito greve mas "simples protesto".

Mas em Recife, os 23 juízes trabalhistas — responsáveis pela jurisdição de Pernambuco e Alagoas — lançaram manifesto de repúdio ao que consideram "tentativa de ditadura do Legislativo sobre o Poder Judiciário". Antes, fizeram uma assembleia e caracterizaram o movimento como eminentemente grevista.

Em João Pessoa, os juízes da 13ª Região, que compreende também o Rio Grande do Norte, disseram que o substitutivo de Bernardo Cabral "ferre a independência da magistratura brasileira". "O substitutivo consagra pontos que solapam a autonomia administrativa, financeira e política dos Tribunais Regionais do Trabalho".

No Ceará, os 15 juízes das cinco juntas trabalharam normalmente até as 14 horas. Encerrado o trabalho, fizeram reunião e emitiram nota de protesto. Já em Belém, as 15 juntas suspenderam suas audiências. Em Salvador, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ronaldo Souza, admitiu que o movimento não foi unânime entre os 70 juízes.

"Prepare o bolso", alerta Afif

"Prepare o bolso." Este é o slogan da cruzada nacional que o constituinte paulista, Guilherme Afif Domingos (PL), iniciará para alertar, principalmente a classe média, contra uma "jogada" do governo, embutida no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Segundo Afif, o governo aumentará os impostos arrecadados pela União, criando novos empréstimos compulsórios.

O movimento do deputado paulista visa também a impedir que os Estados passem a cobrar 5% sobre ganhos financeiros ou de capital e a pressionar a Constituinte para que ela inclua nas discussões de plenário o projeto de sua autoria que obriga a fixação do preço dos produtos para venda no mercado interno, bem como a discriminação do quanto o governo cobra em impostos sobre esses produtos.

Afif Domingos convocou, ontem, em São Paulo, uma entrevista coletiva para fazer a denúncia, tendo a seu lado o empresário Roberto Braga, o tributarista Yves Gandra e o deputado estadual Eduardo Bittencourt.

"É preciso agir sobre os brtos de 450 constituintes, que hoje estão marginalizados do processo, para colocar a Constituição no seu devido lugar", declarou Afif, que acredita estar a Carta "sendo desviada para atender muito mais aos interesses do Estado do que aos interesses da Nação brasileira".

Segundo Afif, no momento em que os acordos escaparam ao debate público, os interesses corporativistas passaram a prevalecer sobre os interesses da sociedade como um todo: "Mais uma vez, a Nação está sendo enganada, como ocorreu no estelionato eleitoral do ano passado", acusa o deputado.

Além de "lutar em plenário" para fazer retroceder algumas das decisões da Sistematização e de grupos que, "pressionando o relator, introduziram no substitutivo princípios que só interessam às suas corporações", Afif pretende viajar por todo o país levando seu alerta à classe média — "a mais consciente" — e que, segundo ele, entrou num processo brutal de esvaziamento.



Guilherme Afif

Empresário adverte para risco de golpe

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Aldo Lorenzetti, advertiu ontem, em Porto Alegre, que se a Assembleia Nacional Constituinte aprovar medidas como a desapropriação de propriedades rurais por decurso de prazo e a estabilidade no emprego, restarão dois caminhos ao País: "Ou o Brasil quebra, ou haverá uma mudança brusca no sistema de governo, com risco de golpe militar". Para ele, "se passarem coisas deste tipo", segmentos da sociedade, como os militares, que, no passado, não permitiram isto, vão reagir para evitar uma tendência socializante. Acrescentou que a aprovação de tais medidas "causaria um tumulto tão grande no País, que as coisas não se manteriam, surgindo reações contrárias".

Convidado da reunião-almoço da ADVB-RS, o presidente da Abinee manifestou sua expectativa de que estas medidas não sejam aprovadas pelo Plenário da Constituinte. Para que isto aconteça, Lorenzetti entende que o empresariado precisa se unir, e lembrou que havia uma série de emendas à estabilidade propostas por entidades empresariais, mas como os líderes empresariais não se uniram em sua defesa, e acabaram perdendo em todas".

Ele espera que, na "fase de plenário", ocorra uma união entre as lideranças empresariais, evitando os "vedetismos e estrelismos", que já levaram a uma primeira derrota das propostas de interesse da iniciativa privada.

CNPq pede manutenção do ministério

Representantes da comunidade científica e tecnológica no conselho deliberativo do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — enviaram telex ao presidente da República, José Sarney, na última quarta-feira, manifestando apreensão sobre as notícias divulgadas pela imprensa de que é intenção do próprio Sarney extinguir o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), incorporando-o ao Ministério da Indústria e do Comércio.

No telex, a comunidade científica brasileira alerta o presidente de que a união dos dois ministérios vai resultar em graves prejuízos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais e para o progresso do País. Segundo os representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no conselho deliberativo, professor Herch Moysés Nussenzweig, seria uma incoerência do presidente extinguir o ministério encarregado do desenvolvimento científico e tecnológico do País, uma vez que Sarney sempre fez discursos eloquentes sobre a necessidade de o país fortalecer sua ciência e tecnologia. "Não dá para entender como o presidente mudou tão rápido de idéia", comentou Moysés. Disse ainda que a extinção do MCT não vai trazer grandes economias para o país, já que é um ministério com um orçamento reduzido em relação a outros.

Moysés também lembrou que a experiência realizada em São Paulo, unindo a Secretaria de Indústria e Comércio e a secretaria de Ciência e Tecnologia não deu certo. Já o vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gerhard Jacob, manifestou seu repúdio à idéia de extinção do MCT dizendo que "quando o governo decidiu criá-lo estimulou também a criação de secretarias de Ciência e Tecnologia nos estados e que de uma hora para outra, o próprio governo estaria sendo incoerente com ele mesmo".

O diretor de Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia do Centro Tecnológico do Rio de Janeiro, Luiz Pinquell Ross, disse que a extinção do MCT vai repercutir muito mal no Exterior.

"Como vão ficar os convênios internacionais já firmados?", questionou. Desfaz o MCT, na sua opinião, é ceder às pressões de grupos aliados contra a reserva de mercado para informática, já que o MCT é quem traça as diretrizes básicas da política de informática.